CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO

PROCESSO N° 1.210/68-CEE.

INTERESSADO: - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.

ASSUNTO : - Dispensa, em caráter excepcional, de aulas de Educação Física.

INDICAÇÃO CREPM-N° 2/69

Senhor Presidente

Ao tratar de problema específico relativo a um Ginásio Estadual, tivemos ensejo de aduzir, a título de complemento àquele trabalho, uma série de considerações sobre a situação da Educação Física escolar.

As Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio houveram por bem acolher nossos comentários sob a forma de indicação ao Conselho Pleno.

É o que fazemos.

* * *

O problema da Educação Física comporta mais considerações e, ao ensejo, nos animamos a fazê-las com o intuito de debater a matéria, da qual já nos ocupamos, longamente, em nosso Parecer n° 215/67-CREPEM.

É sabido que o assunto está na ordem do dia, sobretudo pela recente modificação do Artigo 22 da LDB; nos termos de Decreto-Lei n° 705, de 25 de julho de 1969, que diz:

"Artigo 1° - O artigo 22 da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior".

Ressalta, imediatamente, a intenção do legislador em ampliar sobremaneira o preceito legal relativo à prática da Educação Física, tornando-a obrigatória, agora, (não apenas até a idade de dezoito anos e sem menção a níveis de ensino), mas a todos os níveis de ensino e sem limite da idade, eis que alcança o aluno de escola superior, embora lhe faculte o predomínio da Educação Física representada por competições esportivas. Ao que se sabe, a nova legislação foi baseada em estudos determinados pelo Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, atual Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Esses estudos, segundo fomos informados, foram juntados em documento oficial que passou pelo crivo do Conselho Federal de Educação e, com o beneplácito do insigne Colegiado, foi remetido ao senhor Ministro da Educação, transformando-se, ao final, no Decreto-Lei nº 705, de 25-7-69.

O novo diploma legal, ao que tudo o indica, ainda, deverá ser regulamentado, porquanto a sua auto aplicação, no consenso de especialistas, é impossível a curto prazo, eis que nossos estabelecimentos escolares, particulares ou oficiais, não dispõem, em sua maioria, de dependências esportivas adequadas e sequer dispomos, em São Paulo e no Brasil, de professores de Educação Física em número suficiente para atender aos milhões de alunos dos cursos primário, médio e superior.

O Problema é ainda mais grave nas grandes cidades, onde escasseiam as áreas verdes — e São Paulo é um exemplo marcante da carência de espaços livres desse tipo para a prática normal e intensiva das diferentes modalidades de Educação Física.

A construção de praças de esportes, mesmo de modestas quadras para voleibol, cestobol, ginástica e outras atividades físicas, não obstante as disposições legais vigentes, não tem sido feita em grande parte dos prédios escolares, oficiais ou particulares, face ao elevado custo dos terrenos.

Não nos filiamos ao grupo dos partidários da existência, em cada escola, de instalações esportivas, pois estas são sempre caríssimas, há dificuldades para construí-las pela inexistência de espaços apropriados, sua manutenção também seria

demasiadamente te onerosa e a sua utilização pelos alunos da escola jamais poderia ser integral.

Parece-nos que a solução ideal seria a da construção de centros de educação física, centros desportivos ou que outro título possam ter, levada a termo pelos poderes públicos do Estado e do Município, numa atuação solidária em benefício da comunidade estudantil e também da juventude em geral, inclusive daquela que estivesse fora dos bancos escolares.

Esses centros, dos quais já temos alguns, poderiam ser utilizados, rotativamente, em dias e horários alternados, por diversos estabelecimentos de ensino, e, aos domingos e feriados, serviram para o desfrute da população em geral residente em sua área de localização. Não oferecemos nenhuma novidade, bem o sabemos, Estamos apenas insistindo numa solução já aventada em outras oportunidades e timidamente ensaiada entre nós. Esses centros têm provado bem. Ante o império da nova legislação, cremos haver chegado a hora de aumentar o seu número.

O fato é que o problema da Educação Física - dessa Educação Física que já desfrutou um período áureo entre nós - aí está e precisa ser resolvido satisfatoriamente não somente para que essa Prática Educativa deixe de ser apenas um texto legal quase sempre mal cumprido, mas sobretudo porque é indiscutível a importância do papel desempenhado pela Educação Física no desenvolvimento harmonioso do jovem, eis que ela é parte essencial da Educação e, nessas condições, tem que estar realmente entrosada numa programação que objetive a formação integral do aluno,

"A amplitude de ação da Educação Física não se limita à que exerce sobre o corpo humano pelo seu adestramento sistemático, mas, quando bem orientada e dirigida, se estende fundamentalmente em sua concepção contemporânea, a inteligência, a formação da personalidade, à aquisição de hábitos morais, sociais cívicos e higiênicos ao aproveitamento condigno das horas de lazer, à preparação vocacional e ao desenvolvimento de qualidades dignas de um bom cidadão, contribuição essa indispensável à vida comum, numa sociedade organizada, mormente se levarmos em consideração o verdadeiro papel da escola na formação integral de milhares de

crianças e jovens do nosso Estado" (Trecho de uma representação de professores de Educação Física, encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, em 1964).

Não cremos, contudo, que o problema da Educação Física em nossos educandários possa ser solucionado sem a conjugação dos esforços da União, do Estado, do Município e até da própria comunidade.

Ao mencionarmos a colaboração federal, imaginamos que ela poderia vir através da destinação de verbas orçamentárias especificamente vinculadas à construção de centros de educação física ou quem sabe, mediante um percentual do quantitativo a ser arrecadado pela loteria esportiva, de que tanto se fala ultimamente.

Baseados nas razões sucintamente expostas, oferecemos à meditação dos nobres colegas das câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio e dos demais conselheiros integrantes dos outros órgãos componentes do Conselho Estadual de Educação, os pontos abaixo relacionados.

I - Conveniência dos responsáveis pela Secretaria da Educação, pelo Departamento de Educação Física do Estado e pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal Paulistana levarem a cabo estudos sobre a possibilidade de convênios entre o Estado, a Prefeitura Municipal e os clubes esportivos, objetivando a cessão por estes últimos, de suas instalações para a prática da Educação Física escolar, em horários compatíveis e que não prejudiquem as finalidades sócio recreativas dessas agremiações.

II - Entendimento entre a Secretaria da Educação do Estado e a Secretaria da Educação e cultura do Município de São Paulo, no sentido de um convenio para o uso comum das instalações esportivas dos respectivos estabelecimentos de ensino e também dos centros esportivos e recreativos da Municipalidade.

III - Oportunidade de um levantamento total dos edifícios escolares da Capital e das cidades com mais de cem mil habitantes, que disponham de instalações esportivas ou, pelo menos, de área suficiente para a prática da Educação Física, tendo

em vista a sua ocupação, durante a semana, em períodos e dias alternados, inclusive à noite, por alunos de mais de um estabelecimento escolar oficial.

IV - Sugerir ao Governo do Estado (em outros tem j) OS foi feita uma programação para a construção de centenas de quadras de esporte) a conveniência e urgência da elaboração de um plano de construção de centros de Educação Física, destinados ao uso comum de alunos das escolas estaduais e municipais, para que seja efetivamente cumprida a legislação pertinente à Educação Física em nosso Estado.

V - Esses centros de educação física, aos domingos e feriados, poderiam servir à população em geral, sobretudo ao trabalhador do congraçamento sócio esportivo da comunidade.

Estas idéias - e até muito melhor fundamentadas - além de outras mais valiosas, tem estado presentes nas preocupações de quantos se interessam pelo assunto - Educação Física - em nosso meio. Ao repô-las no âmbito de nossas discussões, desejamos somente realizar riais una tentativa para o encontro de solução para o problema que ai esta desafiando a capacidade dos educadores e gestores da pública administração.

São Paulo, 16 de agosto de 1969

as) Cons. ERASMO DE FREITAS NUZZI

Aprovado por unanimidade, na sessão ordinária das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, realizada em 25 de agosto de 4969.

as) Cons. ALPÍNOLO LOPES CASÁLI Presidente das CREPM